

# Covas pega o telefone para negociar dívidas

*Acuado por pedidos de intervenção em São Paulo, governador liga para credores da administração e negocia caso a caso pagamento parcelado de débitos judiciais*

**FAUSTO MACEDO**

**E**ncurralado pelo grande número de processos de intervenção federal que ameaçam o Estado, o governador Mário Covas (PSDB) arregaçou as mangas e decidiu comandar pessoalmente as negociações com os credores da administração pública. Nos últimos dias, advogados responsáveis pela grande maioria das ações judiciais movidas contra a Fazenda têm sido surpreendidos com ligações telefônicas do Palácio dos Bandeirantes. Do outro lado da linha...

— Aqui é o governador. Gostaria que o senhor compreendesse que São Paulo está enfrentando sérias dificuldades financeiras — justifica-se Covas, para em seguida apresentar uma proposta de acordo.

A estratégia adotada pelo Palácio causou forte impacto entre os credores. Muitos acharam agressiva a tática de Covas e acreditam que não é função do governador negociar as dívidas judiciais pessoalmente. Deputados da bancada do PSDB avaliam que o governador escolheu um “caminho arriscado” e pode estar se “expondo demais”. Os parlamenta-

res lembram que a Procuradoria-Geral do Estado existe para defender os interesses do governo.

Covas reconhece a existência de R\$ 4,5 bilhões em dívidas judiciais, mas alega não ter condições de pagar. Esses débitos são decorrentes de sentenças da Justiça em ações trabalhistas movidas por funcionários públicos e reclamações de proprietários de imóveis desapropriados.

**Proposta** — Existem 30 mil dívidas não honradas. Cerca de 100 mil pessoas aguardam o depósito dos créditos a que têm direito. No Supremo Tribunal Federal (STF) estão acumulados 94 pedidos de intervenção em São Paulo. Desde a posse de Covas, em janeiro de 1995, a Fazenda liberou apenas R\$ 96 milhões, equivalentes a 1% do total da dívida.

Preocupada com a ameaça de intervenção, a Procuradoria-Geral do Estado apresentou aos advogados dos credores uma proposta de pagamento à vista das dívidas até R\$ 100 mil, com parcelamento do restante. Os advogados consideraram a proposta “imbecil e inconstitucional”. Há dez dias, Covas resolveu assumir diretamente a responsabilidade pelas negociações e começou a tentar convencer pessoalmente os credores.

O Palácio dos Bandeirantes aposta na possibilidade

de causar uma divisão entre os credores. O Estado apurou que muitos estão desesperados para receber o que o Estado lhes deve, ainda que tenham de se submeter às condições oferecidas pelo governo e fiquem sem correção monetária. Em troca do pagamento, pede-se aos credores que parem de apresentar pedidos de intervenção federal no Estado.

A pressão sobre os credores funciona assim: primeiro, fala o procurador-geral do Estado, Márcio Sotelo Felipe. Usando um telefone

*Pública*  
do gabinete de Covas, o procurador identifica-se para o interlocutor e faz um breve relato sobre a nova proposta do governo. Depois, passa o telefone ao governador.

Assessores de Covas acreditam que ele está apostando em seu “peso político” como última saída para resolver o problema. O principal objetivo do governo seria sensibilizar o Supremo com uma demonstração de “extraordinária vontade política de pagar o débito”.

O Palácio trabalha com a hipótese de que o Supremo poderá “represar” os processos, não colocando na pauta de julgamento os pedidos de intervenção federal. Na quarta-feira passada, a Procuradoria do Estado achava que a pressão estava dando certo e contabilizava 11 acordos fechados com credores do Estado.



**OPERAÇÃO  
CONSEGUE  
FECHAR 11  
ACORDOS**